

margem? Não se envolvem porque acreditam ser esforço infrutífero? Ou não cogitam se candidatar porque julgam não ter chances? É preciso recuar um pouco para analisar esses casos divergentes, os chamados casos-controle. Antes de concorrer à eleição, o que determina que alguns cidadãos e cidadãs se candidatem enquanto outros e outras não o façam, mesmo querendo? Mais que isso, por que certos grupos sequer manifestam interesse em participar? Enquanto se averiguam as possibilidades de vitória ou derrota eleitoral, toda a gama de não-possibilidades, aquelas dos não-candidatos, segue olvidada.

Resgatando discussão de Bacharach e Baratz (1963) sobre a importância de atentar para as “não-decisões”, Norris alerta que certos grupos possam ser desencorajados formal ou informalmente e sequer almejem uma carreira eletiva. A atenção em quem nomeia as candidaturas negligencia a questão prévia sobre quem são as opções disponíveis (Norris, 2013, p 16).

INSERIR A DISCUSSÃO SOBRE AS RAZÕES DE CHANCES, a diminuição das chances das mulheres pós-cotas. Pré-cotas: poucas mulheres já tinham capital político ou social a ponto de serem escolhidas (e por isso foram escolhidas como candidatas); ou eram parentes de políticos que “lhes passaram o bastão”. Pós-cotas, as chances diminuíram: mulheres que entraram não eram do “mesmo tipo” das que já estavam; não tinham os mesmos recursos nem receberam o mesmo apoio dos partidos.

3.9 Estratégias de igualdade de oportunidade

Deste ponto passei a copiar e colar citações:

As políticas de igualdade de oportunidades são elaboradas para prover um nível em que as mulheres possam perseguir carreiras políticas nos mesmos moldes que os homens.